



Ciclo militar – que no meu entender deveria ter acabado em 1973 – terminou ainda com um saldo positivo expressivo, o PIB na oitava posição entre as economias mundiais, mas com um acentuado déficit político do autoritarismo que levou os militares à fadiga do poder. A democracia, que ninguém conceituou melhor que Lincoln no discurso de Gettysburg (“governo do povo, pelo povo e para o povo”), tem durado menos, no período republicano, que a soma dos intervalos autoritários. Daí por que redemocratização é uma palavra recorrente que lembra a definição de democracia, de Octávio Mangabeira: “plantinha tenra”.

Vinte anos de democracia

JARBAS PASSARINHO

JARBAS PASSARINHO
é ex-ministro dos governos Costa e Silva, Médici, Figueiredo e Collor, ex-governador do Pará, ex-senador e coronel da reserva do Exército.

Em 1945, deposto o ditador Getúlio Vargas, sucederam as eleições diretas para a Presidência da República. Houve, de fato, uma redemocratização. Diferentemente, em 1984, o ciclo militar findava pacificamente, não deposto, nem encurralado pela pressão popular, mas sensível a ela. Todas as liberdades fundamentais garantidas, inclusive e notadamente a da imprensa livre e as eleições igualmente livres, desde 1982 a oposição vitoriosa nos mais importantes estados da Federação. À democracia plena só restava a eleição direta para presiden-

te da República. A despeito da maciça e entusiástica mobilização popular das Diretas-já, a Proposta de Emenda Constitucional, que restauraria as eleições diretas, foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Em lugar de Ulysses Guimarães, que provavelmente ganharia as eleições, se diretas, ganhou-a Tancredo Neves, eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, que era execrado e onde ainda a oposição não tinha maioria, que alcançou com o apoio dos dissidentes do PDS, partido que era o braço direito do regime cadente.

Para a esquerda radical, anacrônica, não temos ainda democracia, desde 1985. Ela vê na eleição de Tancredo, pelo Colégio Eleitoral em 1984, com a participação política de expoentes do período militar, um erro irreparável. O PT, então, pensava assim, tanto que expulsou três deputados federais que votaram integrando o Colégio. Acham, os pretensos representantes da “esquerda verdadeira”, que, se Ulysses Guimarães, “o senhor Diretas”, tivesse sido presidente pelo voto popular, não teríamos hoje “uma contrafação da democracia, escrava do neoliberalismo, que, em vez de grande conteúdo social, tem o mercado como seu deus, e o FMI como seu profeta”... Ou, no jargão marxista, uma democracia burguesa, de liberdades e direitos fundamentais meramente formais. Para esses críticos, só existiram as “democracias populares” do socialismo real, onde o sacrifício total das liberdades conviveu com a desigualdade econômica e a fúria do estatismo. Mas os marxistas, como o escritor português José Saramago, prêmio Nobel de Literatura, desdenham qualquer democracia. Não há muito, a revista *Veja* publicou dele esta pérola: “Se começássemos a dizer claramente que a democracia é uma farsa, um engano, uma falácia e uma mentira, talvez pudéssemos nos entender melhor”.

Ora, a democracia não é um imobilismo, mas um processo evolutivo contínuo. Como qualquer conceito social, deve ser reexaminada a cada nova geração e em cada sociedade. Os vinte anos de democracia, “com a cara do Colégio Eleitoral”, testemunharam o colapso do comunismo e

engajaram-se na globalização, com suas três vertentes: a cultural, de que a Internet é o marco, a economia de mercado e a consagração da democracia como regime de governo. No Brasil, a dinâmica do processo evolutivo começou pela convocação da Constituinte, em 1986. Pela primeira vez, a participação popular se fez fortemente presente nos debates vigorosos, prestigiadas as sessões públicas desde as Comissões Temáticas. Deles resultou uma Constituição apelidada por Ulysses Guimarães de “A Constituição Cidadã”, assegurando amplas garantias dos direitos fundamentais. Os individuais e coletivos, entre estes a livre manifestação do pensamento, o *habeas data*, o mandado de injunção, o condicionamento do direito à propriedade ao atendimento de sua função social, a tortura e o terrorismo crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Os direitos sociais, com ênfase em emprego protegido contra despedida arbitrária, férias anuais acrescidas de um terço do salário normal, licença à gestante de cento e vinte dias, licença-paternidade e amplo direito de greve, a Previdência Social cedendo a vez ao conceito mais abrangente da Seguri-



dade Social. Também pela primeira vez os índios têm assegurados os direitos originários sobre as terras por eles ocupadas tradicionalmente. Da democracia representativa governada, em que o povo abdica de sua soberania em favor de seus representantes, passamos para a democracia governante, em que é ampla a participação popular. A Guerra Fria estava perto do fim, mas as esquerdas nacionais ainda intervieram decisivamente, para escrever na Carta Magna a Ordem Econômica, com viés xenófobo em nome da soberania nacional tantas vezes mascaradora da política estatizante.

À “Nova República”, do presidente José Sarney, corresponderam importantes conquistas democráticas: a anistia política e a legalização, até então impensável, dos partidos comunistas. Mas o mundo mudara desde a queda do Muro de Berlim e era imperativo acompanhar a mudança, reformando a Constituição, o que o governo Fernando Henrique Cardoso começou, retomando em grande parte as seis Emendas Constitucionais propostas no malogrado governo Fernando Collor. A desregulamentação da economia, o ajuste fiscal e a decorrente Lei de Responsabilidade Fiscal,

as privatizações, a perda do monopólio do petróleo pela Petrobras, mantido pelo Estado, a extroversão da economia e políticas públicas no campo social, sobressaindo o Funrural, de aposentadorias do trabalhador rural, sem sua contribuição. Dele disse o presidente Fernando Henrique, ao fim de seu mandato, ser “o maior programa de renda mínima do mundo”.

Foram medidas corajosas ao mesmo tempo em que as liberdades individuais beiravam até a licença, com o MST revolucionário, enquanto o PT de oposição intransigente acusava o governo de neoliberal, um governo que tinha um Ministério de Planejamento, regulava as mensalidades escolares da educação particular, o valor dos planos de saúde e manteve por muito tempo o câmbio fixo. O mesmo PT que, chegando ao poder, aprova – exceto as privatizações – a política econômica do governo que combateria, e inaugura a República sindicalista, o que levou o sociólogo Francisco de Oliveira, dissidente, fundador do PT, a deformar, ironizando, a expressão de Marx e Engels, no Manifesto de 1848: “Tudo que é sólido se desmancha... em cargos”.

Nada obstante a diversa natureza pessoal dos governantes a partir de 1985, é inegável que vivemos numa democracia, segundo a definição de Maurice Duverger: “Um regime em que os governados escolhem livremente os governantes e onde a oposição pode chegar ao poder”. Mais que isso, somos uma democracia moderna, governante, de intensa participação dos movimentos sociais.

A economia, porém, claudicou nesses vinte anos. Da oitava posição no *ranking* das economias mundiais, em 1984, caímos para a décima sexta ao fim de 2004. A inflação já alcançara 86%, no último mês do governo Sarney. Vários planos econômicos redundaram em completo fracasso até que, finalmente, o Plano Real jugulou a hiperinflação e a estabilizou no nível de um dígito.

É o lado negativo das duas décadas de democracia plena, mas, como diz o preceito bíblico, nem só do pão vive o homem.

